



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 02/2011

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2011
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	09
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	18
- ENCERRAMENTO.....	18

ACTA N.º 02/ 2011

ABERTURA

Aos treze dias do mês de Maio de dois mil e onze, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Conta de Gerência e Relatório de Actividades da Câmara Municipal do Ano de 2010;
- 2.3** - 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2011;
- 2.4** - Contratação de Empréstimo para Financiamento de Projectos Aprovados no QREN - Adjudicação;
- 2.5** - Isenção de Taxas Urbanísticas;
- 2.6** - Fixação de Taxas do IMI para o ano de 2012;
- 2.7** - Fixação de Derrama para o ano de 2011;
- 2.8** - Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Dr. Artur dos Santos Aleixo, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, João Manuel Pinto, Pedro Nuno Cunha Leitão, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Dra. Dina Maria Pinto Proença Machado, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Carla Celestina Afonso Almeida Martinho Marques, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Dr. José Serra dos Reis, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Romeu Miguel Serra Afonso, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Manuel Augusto Lousa Nicolau e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra) José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), Abel Fernando Pereira Cardoso (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Carlos Alberto Matos Mendes (Teixoso), Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos **Senhores: Dr. Nelson António Mendes da Silva, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Enf. António Mendes Paulo (Erada) e Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel Abreu da Silva, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

- Ofício da Assembleia da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo a remeter uma Moção sobre a introdução de Portagens na A23;
- Ofício do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a acusar a recepção da Moção “Contra a implementação de Portagens na A23” e a informar que face à delegação de competências foi enviada para o Gabinete do Secretário de Estado Adjunto;
- Ofício do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações a acusar a recepção da Moção “Contra a implementação de Portagens na A23”;
- Ofício do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção das Moções “Contra a implementação de Portagens na A23” e “Transporte de Doentes”;
- Ofício do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Contra a implementação de Portagens na A23”;
- Ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a acusar a recepção da Moção “Contra a implementação de Portagens na A23”;
- Ofício da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações a acusar a recepção da Moção “Contra a implementação de Portagens na A23”;
- Ofício do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção da Moção “Contra a implementação de Portagens na A23”;
- Ofício do Grupo Parlamentar do PSD a acusar a recepção da Moção “Contra a implementação de Portagens na A23”;
- Ofício da Casa Civil do Presidente da República a acusar a recepção da Moção “Contra a implementação de Portagens na A23”;
- Ofício da ACES - Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira a acusar a recepção da Moção de Repúdio “Transporte de Doentes”;
- Ofício da Comissão Parlamentar da Saúde a acusar a recepção da Moção de Repúdio “Transporte de Doentes”;
- Ofício do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção de Repúdio “Transporte de Doentes”;

- Ofício do Grupo Parlamentar do PSD a acusar a recepção da Moção de Repúdio “Transporte de Doentes”;
- Ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a acusar a recepção da Moção de Repúdio “Transporte de Doentes” e a remeter o Projecto de Resolução n.º 396/XI/2.ª Revogação do Despacho 19264;
- Ofício assinado por sete Cidadãos de Vila do Carvalho, dirigido à ADC, referente ao serviço de água e saneamento;
- Ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco a remeter o “Relatório anual relativo ao ano de 2010”;
- Ofício da GUE/NGL - Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica a remeter a pergunta escrita apresentada pelo Deputado Dr. João Ferreira, à Comissão das Comunidades Europeias sobre “Higiene, saúde e segurança no trabalho na industria extractiva” e “Requalificação ambiental de áreas afectadas pela actividade mineira”;
- Ofício Circ.63 da ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses a informar que se encontram abertas as inscrições para o XIX Congresso.

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.º 03/2010
DE 16 DE JULHO, N.º 04/2010 DE 08 DE OUTUBRO, N.º 05/2010
DE 10 DE DEZEMBRO E N.º 01/2011 DE 04 DE MARÇO DE 2011**

--- Submetidas as actas, previamente enviadas por fotocópias a todos os Membros convocados, à apreciação, foram intervenientes os Senhores:

- Dr. Miguel Nascimento, a pedido do Líder da Bancada que, por razões profissionais, não pode estar presente, solicitou que a votação das actas fosse adiada. “Uma vez que chegaram muito em cima e, não houve oportunidade de fazer uma análise com o cuidado que as mesmas merecem”. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia disse que após tanta insistência, por parte da Bancada do PS, para que as actas sejam presentes, considera um contra-senso não serem colocadas, hoje, à votação. No entanto, informou, o Senhor Deputado, que poderá apresentar uma Proposta e, se todos, os Senhores Deputados, concordarem a votação será adiada. -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro reforçou o pedido do Senhor Dr. Miguel Nascimento e disse que como têm algumas dúvidas, caso não seja adiada a votação, irão votar contra. -----

- O Senhor Prof. Joaquim Matias, em nome da Bancada do PSD, propôs que, o Senhor Dr. Carlos Casteleiro, dissesse quais as dúvidas, que as actas lhe suscitaram, para poderem ser discutidas e rectificadas, se for o caso. Porque, consideram que é extremamente importante que esses documentos sejam aprovados, hoje. -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro disse: “se calhar fui eu que não me fiz entender. Nós, temos algumas dúvidas nas actas, mas temos os documentos de sustentabilidade de muitas das situações que estão ali. Mas, não tivemos tempo para tirarmos as nossas dúvidas e, por isso, o Presidente da Bancada, eu próprio e mais algumas pessoas que estivemos a ver, entendíamos que, se fosse possível, ficasse para uma próxima oportunidade.

Porque, eu acho que, havia todo o interesse que o maior número de pessoas possível, também, votasse a favor das actas. Acho eu! Esta é a minha opinião! Neste pressuposto, o que é que isto quer dizer? Vai aparecer um voto contra, do Partido Socialista, porque há dúvidas que nós temos ali que, se calhar, depois numa futura reunião votaríamos a favor. Isto é tão simples como isto. Não tem mais nada de extraordinário". -----

- O Senhor Dr. Miguel Nascimento: "Fiz um pedido muito simples, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, ou o aceita, ou não e, nós votaremos em conformidade. O que não podemos é nuns momentos invocar a Lei e, na outra fecharmos os olhos à Lei. A Lei também diz claramente que na Sessão seguinte devemos aprovar a acta da Sessão anterior". -----

- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse: "Mas eu já assumi a responsabilidade de não estarem nas outras Sessões. Ninguém assumiu essa responsabilidade por mim e, hoje assumo a responsabilidade de as por à votação". -----

- O Senhor João Pinto disse: "Se nós tivermos em atenção o comportamento do Partido Socialista, por exemplo na Câmara, está permanentemente a levantar objecções sobre os documentos que lhe são enviados e, que não chegam a tempo. E, agora vem com este rigor de querer ler as actas!? As actas eram fáceis de consultar! Num quarto de hora ter-se-ia visto todo o seu conteúdo. É levantada esta questão, por uma questão de renitência, de levantar "problemas" e de complicar, um pouco, as coisas. Nós, deixaríamos, nas mãos do Senhor Presidente, a decisão relativamente à votação". -----

- Colocadas as Actas à votação, foram as mesmas **aprovadas por maioria, com 48 votos a favor (PSD, PCP e CDS), 9 votos contra (PS) e 2 abstenções (PCP e BE), as Nº 03, 04 e 05/2010 e a Acta n.º 01/2011 foi aprovada por maioria com 48 votos a favor (PSD, PCP e CDS), 7 votos contra (PS) e 4 abstenções (PS, PCP e BE).** -----

Foi feita Declaração de Voto:

- O Senhor Dr. Serra dos Reis disse: "É que, eu, não participei nestas Sessões, conseqüentemente, devo abster-me". -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro referiu-se à situação de crise, generalizada a todo o Ocidente e, acentuada em Portugal (**doc. 01**). -----

--- O Senhor João Pinto fez uma Intervenção Política sobre a situação do País (**doc. 02**). -

--- O Senhor Dr. Carlos Gil fez uma Intervenção Política sobre o "Programa de Agressão ao Povo e ao País" (**doc. 03**). -----

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis referiu-se às políticas seguidas pelo Governo e pelas Autarquias (**doc. 04**). -----

--- O Senhor Francisco Moreira fez uma Declaração Política referindo-se à falta de credibilidade, da política e dos políticos, gerada pelo Governo do Partido Socialista (**doc. 05**). -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias referiu-se à situação do País dizendo: “O actual Governo Socialista, apesar de minoritário, beneficiou, sempre, de todas as condições para poder cumprir o seu Programa, através de compromissos assumidos, com o Partido Social-Democrata e Parceiros Sociais, em nome do superior interesse Nacional.

Ao invés, o Governo do Partido Socialista, não cumpriu as promessas Eleitorais feitas aos Portugueses - aumentou os impostos; reduziu os salários da Administração Publica; agravou o desemprego e acentuou o nosso atraso face e em comparação com os nossos Parceiros Europeus.

Porém, todos estes sacrifícios, impostos aos Portugueses, foram em vão! Tornou-se inevitável o resgate financeiro internacional, para fugir à Bancarrota.

Com desfaçatez, em véspera de Eleições, José Sócrates traja de novo a pele de cordeiro, negando a sua prática de seis anos e prometendo que no futuro tudo será diferente.

Quem nos conduziu a esta situação desgraçada, do ponto de vista financeiro, económico e social, não tem condições para continuar a conduzir os destinos do País!

O desemprego, de cerca de 700 mil Portugueses, é o flagelo social mais visível da medíocre Governação Socialista!

Só com a economia a funcionar bem podemos criar mais emprego. Tal, exige reformas estruturais e políticas coerentes nas áreas do investimento; educação; formação e novas tecnologias; novas mentalidades empresariais e modernização das estruturas produtivas.

O Senhor Primeiro-Ministro, desde 2009, nomeou 71 Pessoas, para o seu Gabinete, onde se incluem 13 Secretárias e 20 Motoristas! Na Presidência do Conselho de Ministros tem 448 viaturas!

Quando temos, aqueles que têm contribuído e contribuem decisivamente para o desenvolvimento equilibrado do País, os Autarcas a conduzirem as suas próprias viaturas, em momentos que estão, ao serviço da Autarquia.

O Senhor Primeiro-Ministro gasta cerca de 14 mil euros por dia! Vejam o quanto isso não contribuiria para melhorar a situação daqueles que recebem pensões de 200 e tal euros por mês.

Portanto, meus Amigos: É hora de por, no local, a Governar este País os competentes!” --

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício, do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a informar que procedeu à execução das acções contempladas no Plano de Actividades e Orçamento, e o Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que ficam a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivados em pasta própria. -----

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc. 06**). -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.07**). -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento disse que, há uns meses atrás, se congratularam e deram os Parabéns, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, por o processo do Teatro Cine estar praticamente resolvido. Parecendo haver, agora, um retrocesso perguntou qual o ponto da situação.

De seguida, referiu-se à mudança da Associação de Municípios da Cova da Beira, para o Concelho de Belmonte, que causou “a perda de alguns postos de trabalho, que são poucos mas todos eles são significativos” e perguntou se não seria possível a cedência de outro espaço. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata referiu-se à Construção da Barragem, perguntou em que fase está e disse: “não sei se a construção está em banho-maria ou definitivamente afastada, por parte do Governo”

Perguntou, também, se não há outra alternativa para o DATA CENTER da PT. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira referiu-se à notícia dada, num canal generalista, sobre Barragem das Cortes em que era referido a existência de dois locais e que a Câmara Municipal optou pelo que causa mais problemas. Como, na referida notícia, não houve qualquer informação por parte da Câmara solicitou esclarecimentos. -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro solicitou informação acerca da relação da Câmara - Universidade - Aeródromo e perguntou se está salvaguardado aquilo que diz respeito à legalização dos terrenos em posse da Câmara Municipal da Covilhã. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou:

- Estrada Peraboa Ferro - A sua requalificação custa 1 milhão e 250 mil euros e não está feita porque não temos dinheiro para isso. Há dinheiro de Fundos Comunitários mas, como temos um Governo incompetente nem sequer os põe à disposição das Câmaras;

- Funicular - não está parado, estão as obras a andar normalmente!

O Governo aprovou legislação, há cerca de 2 anos, para gastar mais dinheiro dos Fundos Comunitários, que permitem ajustes directos com consulta a duas ou três Empresas e redução dos prazos em relação aos concursos públicos.

Esta obra é a única lançada, pela Câmara da Covilhã, com base neste quadro legal, porque vieram instruções de Coimbra que esta obra tinha que ser lançada, até final de 2010, sobre pena de se perder o valor atribuído.

O Tribunal de Contas critica, severamente, esta legislação. Estamos perante uma guerra entre o Governo e o Tribunal de Contas.

A obra está a andar e se porventura houver confirmação de recusa do visto, a despesa efectuada até lá está garantida nos termos da lei, teremos que encerrar a obra e abrir novo concurso, para aquilo que falta, no âmbito da legislação dos concursos públicos.

A obra estará pronta no próximo ano, como está previsto!

- Teatro Cine está há 20 anos sobre arrendamento da Câmara, foram pagos 1 milhão e 100 mil euros. A Câmara entendeu que não devia continuar a pagar esta renda e entrou em negociações com os proprietários que pediram 5 milhões de euros e chegaram aos 2 milhões. A Câmara tem condições para pagar a pronto, mas só um louco o faria. Propusemos o pagamento em treze anos a 100 mil euros/ ano, estamos à espera.

Enquanto isso, para a realização de actividades culturais existe a sala do Unidos do Tortosendo com 400 lugares.

- DATA CENTER - foram apresentadas duas propostas, na altura da candidatura: Parque Industrial do Tortosendo e Aeródromo. A proposta do Aeródromo foi apresentada após o resultado de um estudo, mandado fazer pela Câmara, para a sua expansão. Concluiu-se que, a sua expansão, custava tanto como a construção de uma pista nova de 2000 metros. A Câmara entende que, mais ano menos ano, é necessária a construção de um Aeroporto e o Aeródromo é melhor que fique afecto a uma utilização com esta dignidade do que ficar como está.

A Empresa optou pelo Aeródromo, onde há disponibilidade de terrenos urbanizáveis.

A Universidade tem lá um terreno, há quatro anos, onde ainda não fez nada.

No Parque Industrial do Tortosendo, os terrenos não são da Câmara, teriam que ser feitas expropriações o que atrasaria o processo em 4 a 5 anos e colocaria em causa a construção do DATA CENTER e os muitos empregos que irá criar.

- Barragem das Cortes - passados quatro meses da promessa de decisão por parte da Ministra do Ambiente e após várias insistências por parte da Câmara, vem um Despacho a dizer que o IGESPAR tem que ser ouvido sobre a casa do Dr. António.

Agora, o que está em causa é saber se o País aceita que haja doutores Antónios ou doutoras Joaquinas que valham mais do que o interesse público!

Que País é este que não deixa fazer uma Barragem por causa de uma casa de doutores?

Quanto à notícia, ela é caluniosa e nada tem a ver com a construção da Barragem, vão ser seguidos os trâmites legais.

Aquilo que mais me revolta, nem é está actuação de um louco, de dois loucos ou de três loucos, isso não me revolta. O que me revolta é que o Poder Político do Governo cubra isto! E, o Senhor Primeiro-Ministro, por quem tenho consideração e respeito institucional, não tenha dado um murro na mesa e dito à Ministra para praticar os actos que deve praticar. Depois do IGESPAR não ter classificado, a Câmara não ter classificado e os Tribunais não terem dado diferimento às providencias cautelares e andarmos nesta PALHAÇADA, que é aquilo que se chama o processo da Barragem das Penhas da Saúde! -----

--- O Senhor Pedro Leitão perguntou quais as lacunas existentes no Teatro Cine; referiu que o Urbanismo não tem acessibilidades para deficientes e não tem um terminal multibanco para pagamento de taxas; perguntou, também, qual é o tempo previsto entre o fim de utilização do actual Aeródromo e o início de utilização do novo. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara informou que as lacunas no Teatro Cine, não põem em risco as pessoas que ali vão assistir aos espectáculos, são provenientes da legislação actual.

Quanto ao Urbanismo informou que o terminal multibanco vai ser colocado, o acesso para deficientes está a ser estudado.

Quanto ao Aeródromo, devido à situação que se vive no País, não pode prometer nada porque não sabe o que vai ser retirado às Câmaras para 2012. Vão procurar, dentro das disponibilidades da Câmara e até final deste Mandato, dar prioridade à compra dos terrenos, que já estão inventariados, arrumar as questões administrativas para a obra e se possível fazer alguma coisa quanto às terraplanagens. -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro congratulou-se com a posição tomada em relação ao Teatro Cine.

Disse que o Data Center é uma obra demasiado importante para que alguém tenha a veleidade de por em questão seja aquilo que for.

Neste processo: “é importante, é fundamental, para a Covilhã, a boa harmonia entre a Universidade, a Câmara e, neste caso particular, com a PT, pode aí haver uma grande mais-valia para todos nós.

Gostei muito de o ouvir em relação à Barragem e aos tais doutores Antónios. É que há muita gente, por aqui, que não sabe o que é isso. Fico indignado com a pré determinação que a Comunicação Social teve em abusar e, fazer isto na Cidade da Covilhã. Há uma pré determinação! E, por isso estou solidário com a sua pessoa! E, que não pense, quem está nessas posições, que os outros que podem vir a seguir lhes vão ceder! Porque não vão ceder! Achamos que tem razão mas, só cometeu aí um pequeno desvio, não é o Governo, quem lançou isto tudo! É a Comunicação Social! E, é pré determinado!

Aquele artigo é trabalho dos doutores Antónios, que tanto estarão contra si, por o Senhor estar nesse lugar, como estarão amanhã contra outros que estarão nesse lugar. É contra a Covilhã! Contra os interesses da nossa Terra, dos Habitantes desta Cidade e deste Concelho! E, portanto, somos solidários consigo! Acho que devemos, de facto, é dizer, muito claramente, Comunicação Social! Não é o Governo!” -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias disse: “também queria, em nome da Bancada do PSD, demonstrar a nossa solidariedade profunda em relação àquilo que veio publicado, nomeadamente, atingindo a pessoa de um HOMEM, a quem a Covilhã, a Região e até o Turismo deve muito, que é o nosso saudoso e falecido Pai do Senhor Presidente da Câmara, a quem a Covilhã, a Região, o País e o Turismo devem muito. Isto, na verdade, só fala desta forma quem não conhece a história e quem não conhece o percurso dessas pessoas”. -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento disse: “O partido Socialista tem a Covilhã em primeiro lugar! E nós viemos aqui, sem problema nenhum, sem reservas de qualquer espécie, elogiar, cada vez que investimentos são captados para a Covilhã.

O Senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal da Covilhã têm mérito na colocação deste investimento, que é Data Center, na Cidade e no Concelho da Covilhã! Esse mérito foi aqui reconhecido. Mas, também, têm mérito outras pessoas, que lutaram por isto, e o Senhor Presidente sabe quem são. Houve um conjunto de pessoas que se associaram, ao Senhor Presidente da Câmara, porque teve esta capacidade de candidatar este projecto. É verdade que a Covilhã ganhou a muitos Municípios e, todos os Covilhanenses (como eu) têm que ter orgulho nisso!

Aquilo que nós não deixamos de lado e foi colocado, se quiserem utilizar esta expressão, com pinças, com respeito, foi tentar equilibrar uma coisa que é fundamental para nós, que traz 100 postos de trabalho directos, traz alguns trezentos indirectos, pelo que foi anunciado e, certamente, ajudará a consolidar aquilo que é o peso da Covilhã, na dinâmica Regional, com postos de trabalho. Saudamos o investimento que permite a realização de postos de trabalho e perguntamos por aqueles que são desviados para os Concelhos limítrofes, como disse, há pouco, em relação à Sede da Associação de Municípios da Cova da Beira. Há uma *décalage* grande entre a quantidade de uns e de outros, não tem nada a ver como é evidente, mas, nós preocupamo-nos com cada posto de trabalho perdido. Louvamos este investimento feito e estamos a favor deste investimento!

Aquilo que foi colocado aqui de uma forma muito tranquila foi: é possível conciliar aquilo que foi protocolado, em tempos (que eu me recordo bem, em 2003), entre a Câmara e a Universidade, no dia da Universidade da Beira Interior, para o desenvolvimento do Curso de Aeronáutica? Neste Aeroporto? Neste Aeródromo? No próximo? É possível ou não?

É isso que se pergunta, porque compreendo que a pressão do próprio Data Center e da PT não estejam para estar à espera, e o Senhor Presidente foi muito claro nessa matéria, de decisões de alguns que estão na Administração Pública para empatar. Percebo isso e a Covilhã se quiser ser competitiva tem que andar depressa!

É importante, fundamental este investimento e, conciliar o próprio desenvolvimento da Covilhã com esta Instituição, com estes postos de trabalho e também com a própria Universidade da Beira Interior.

Há uma coisa que para nós é fundamental, não estamos aqui com questões de carácter mesquinho, nem de partidarite aguda. É mais importante para nós a Covilhã, os Covilhanenses e a manutenção dos postos de trabalho do que qualquer tipo de partidarite!"

Terminou a sua intervenção dizendo que não leu o artigo da Visão, mas que o Senhor Presidente sobre essa matéria: "pode contar com a nossa solidariedade pessoal e institucional. Porque o faremos e o faríamos em qualquer circunstância, seja quem for que tivesse sido ofendido. Porque, não há direito de se ofender as pessoas quando estão a utilizar os cargos públicos!" -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em relação a estas duas intervenções, disse: "O projecto da PT envolveu muita gente, muitas Entidades! Acham-se interlocutores de alguém que venha aqui com recados? Sobre nós falarmos ou não falarmos? Eu falo com toda a gente! A Câmara da Covilhã relaciona-se com toda a gente! as Entidades na Covilhã estão envolvidas nos grandes projectos, todas, temos boas relações institucionais e é essas que é preciso. Portanto, não há pontes cortadas, não há portas fechadas, tudo é claro e transparente, a esse propósito".

O Senhor Presidente disse, também, que não lhe consta que haja um Aeródromo afecto a outras Instituições onde é, também, leccionado o Curso de Aeronáutica.

“É óbvio que a existência de condições permite uma maior envolvência dos Alunos, certa iniciativa como acontece uma ou duas vezes por ano e que se vai manter”. -----

2.2 - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO ANO DE 2010

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de Abril de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2206 de 2011.04.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Senhor Vereador Dr. Luís Barreiros, fazendo em simultâneo uma apresentação em PowerPoint que fica para todos os efeitos legais, arquivada, em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Dr. Marco Gabriel (**doc.08**); Dr. Carlos Casteleiro (**doc.09**); Dr. Serra dos Reis disse que se irá abster na votação porque acaba de tomar posse e não participou na análise do documento da gestão de 2010. No entanto, gostava de ser esclarecido sobre a situação financeira da Câmara e das Empresas Municipais; o Senhor Vereador Dr. Luís Barreiros disse que a Câmara tem dívida porque tem investido imenso. Quem fez o estudo para o Anuário, considerou toda a dívida como sendo má e não teve em conta o investimento com a habitação social. Na Câmara há tranquilidade para quem vier a seguir, a dívida está concentrada em empréstimos bancários, não constitui qualquer estrangulamento; o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Partido Comunista, quer sempre mais para as pessoas mas não quer dívida, têm que decidir se querem Bairros de Lata e não querem dívida ou querem dívida e não querem Bairros de Lata. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Conta de Gerência e Relatório de Actividades da Câmara Municipal do ano de 2010**, foi a mesma **aprovada por maioria com 43 votos a favor (PSD e CDS), 2 votos contra (PCP) e 7 abstenções (PS e BE)**. -----

Foram feitas Declaração de Voto pelos Deputados Municipais:

- Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc.10**). -----

- Senhora D. Isilda Barata: "Votei a favor, também, além de uma operação política é sempre, também, uma operação técnica para o bom andamento e gestão da Câmara. Também me congratulo porque há uma redução da dívida, nos tempos que correm é já um bom sinal. Mas, realmente, temos que concordar que a taxa de execução foi um bocadinho baixa. Quando elaborarem os planos, talvez, um bocadinho menos de ambição e um bocadinho menos de paixão. Porque, eles são feitos num momento em que nós somos um bocadinho ambiciosos. Mas, talvez nos próximos haja um bocadinho de mais realismo". -----

2.3 - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2011

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de Abril de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea c), do n.º 2 e alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2208 de 2011.04.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2011**, foi a mesma **aprovada por maioria com 50 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 2 abstenções (PCP e BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto pelo Deputado Municipal:

- Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc.11**). -----

2.4 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE PROJECTOS APROVADOS NO QREN - ADJUDICAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Março de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 1827 de 2011.03.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: Senhor Dr. Miguel Nascimento que perguntou o porquê da contratação deste empréstimo se a “saúde financeira da Câmara é tão boa”; Senhor João Pinto disse que irão votar favoravelmente esta proposta porque é o tipo de investimento que tem reflexo directo na vida das pessoas; Senhor Dr. Marco Gabriel (**doc.12**); Senhor Dr. Serra dos Reis disse: “A gestão de uma Câmara como esta tem que, necessariamente, ter uma almofada. Porque não pode estar despida de meios. Teria sido bom que houvesse uma ficha de projectos a acompanhar esta proposta. Mas, nesta situação, tenho dificuldade em votar esta proposta cuja aplicação desconheço totalmente” e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que as obras: Parque Florestal, Jardim Botânico, Parque de Feiras e Festas do Tortosendo, que já está realizado e já investiram da Tesouraria da Câmara e qualificação de infra-estruturas de Unhais da Serra idem, aspas. Conseguimos fazer aprovar estas obras, que são quase 5 milhões de euros, com uma taxa de comparticipação de 44%, o que significa que há 56% por cobrir, destes 56% nós temos que ir buscar 21%, mesmo assim ainda temos que ir à nossa Tesouraria buscar 35%. Mandam as boas regras que não retiremos à Tesouraria mais um milhão de euros que podemos ir buscar e amortizar, em dez anos, com uma taxa de juro relativamente moderada. O que está aqui em causa é, justamente, este equilíbrio entre o que conseguimos de Fundos Comunitários, um pouco do nosso próprio recurso e um bocadinho de financiamento que vai permitir, com os 21%, que seja menos pesado para a Tesouraria e, um princípio de cautelas e de reservas que é preciso constituir-se para o futuro.

Eu acho que, o que estava aqui em causa era se viéssemos pedir dinheiro para festas, para utilizações ou para pagar empréstimos vencidos. Como acontece, hoje, no Estado Português. Pedem à quarta para pagarem à outra semana o que devem. Não é o caso! Não é para irmos a pagar coisas que devemos! É para fazermos obra!

Quanto é que se vai cortar nas Finanças Públicas, nos próximos anos? Não sabemos!

Nós, temos um percurso na Câmara que é dinâmico, que tem variantes, tem variáveis. Como é que podemos estar, agora, a perder a oportunidade de a uma taxa de 4,75...

O dinheiro que entra na Câmara não tem destino para aquela obra, salvo os dinheiros Comunitários. Portanto, este valor vai entrar na Tesouraria, de onde já saiu nos autos de medição que já se pagaram, e nesse sentido não há nenhuma violação orçamental. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratação de Empréstimo para Financiamento de Projectos Aprovados no QREN - Adjudicação**, foi a mesma **aprovada por maioria com 43 votos a favor (PSD e CDS), 3 votos contra (PCP e BE) e 6 abstenções (PS)**. -----

2.5 - ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 01 e 15 de Abril de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h), do n.º 2, do artigo 53.º e a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais, através dos ofícios, n.º 2207 e n.º 2381 de 08 e 19 de Abril de 2011, e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.13**). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta proposta, de isenção do pagamento de taxas por compensações por lugares de estacionamento em falta, a aplicar em todas as operações urbanísticas, nas zonas urbanas consolidadas, com excepção das referentes a estabelecimentos comerciais, serviços e outros não habitacionais, que apresentem uma área de construção superior a 150,00m², é feita com fundamento na contribuição para o desenvolvimento económico do Concelho e para o interesse da economia Local, com efeitos a partir de 1 de Abril 2011 e durante um período de três anos. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Isenção de Taxas Urbanísticas - na compensação por lugares de estacionamento em falta, em zonas Urbanas consolidadas, exceptuando as referentes a estabelecimentos comerciais, serviços e outros não habitacionais que apresentem uma área de construção superior a 150,00m²**, foi a mesma **aprovada por maioria com 43 votos a favor (PSD e CDS) e 2 votos contra (PCP) e 6 abstenções (PS e BE)**. -----

2.6 - FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMI PARA O ANO DE 2012

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Maio de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2737 de 2011.05.09 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor Dr. Marco Gabriel e apresentou uma Proposta de Alteração (**doc.14**). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, com a concordância de toda a Assembleia, que face à existência de duas Propostas, iriam ser votadas em alternância e seriam designadas por “**A**”, a da Câmara Municipal, e “**B**” a apresentada pelo Senhor Deputado Municipal. -----

--- Colocada a proposta “**A**”, à votação – **Fixação de Taxas do IMI para o ano de 2012**, foi a mesma **aprovada por maioria com 50 votos a favor (PSD, PS, BE e CDS) e 2 votos contra (PCP)**. -----

--- Face aos resultados da votação da Proposta “A”, a Proposta “B” foi **rejeitada**. -----

2.7 - FIXAÇÃO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2011

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Maio de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas f) e h), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2738 de 2011.05.09 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação do Valor da Taxa da Derrama para o ano 2011 em 1,5 % e isentar os sujeitos passivos com um volume de negócios que, no ano anterior, não ultrapasse os € 150.000,00**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foram feitas Declaração de Voto pelos Deputados Municipais:

- Senhor Dr. Carlos Casteleiro: “Isto é a prova que o Partido Socialista está aqui, de facto, de alma e disponível para apoiar aquilo que é fundamental para a gestão da Câmara Municipal da Covilhã. Porque não estamos aqui para por pedras ou areias na engrenagem. Estamos aqui para dar os meios, à Câmara Municipal da Covilhã, para a gerir o melhor possível. Pena é que outros não o façam a nível Nacional, nomeadamente no Governo”. -----

- Senhor João Pinto: “Nós votámos a favor da Taxa da Derrama, embora, tendo em atenção as dificuldades que as Empresas sentem. É mais um imposto que vai aumentar o IRC. Mas, há aqui um ponto fundamental, que é o facto das Empresas que facturam até 150.000.00€ estarem isentas. Isso é absolutamente fundamental para que esta proposta tenha efeitos correctos e sociais”. -----

2.8 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

--- Na sequência do Ofício n.º 301/2011, de 2011.04.08, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos, do disposto no n.º 2, do artigo 6.º, dos Estatutos da ANMP e da alínea a), do artigo 2.º, do Regulamento do XIX Congresso. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa, uma proposta, pelo Grupo Parlamentar do PSD (**doc.15**), a indicar o Senhor Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Presidente da Junta de Freguesia do Ferro e, como seu substituto, o Senhor Fausto Herculano Branco Baptista, Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge da Beira. -----

- Submetida, de seguida, a proposta a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	43
- Número de votos “a favor”	34
- Número de votos “em branco”	09

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante **o Senhor Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro) e**, como substituto, **o Senhor Fausto Herculano Branco Baptista (São Jorge da Beira)**. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,